

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.

APLICAÇÃO DA LEI PENAL

A) INTRODUÇÃO

1. Conceito de Direito Penal.....	13
2. Leis penais brasileiras.....	13
3. Crimes ou delitos. Contravenções.....	14
4. Sujeito ativo. Sujeito passivo.....	14
5. Objeto jurídico e objeto material.....	14
6. Normas penais em branco.....	15
7. Interpretação da lei penal.....	15
8. Princípio da legalidade e princípio da anterioridade.....	17
9. Princípios penais constitucionais.....	19

B) APLICAÇÃO DA LEI PENAL

1. Vigência e revogação da lei penal.....	20
2. Irretroatividade da lei penal.....	20
3. Ultratividade da lei temporária e excepcional.....	21
4. A lei penal no tempo.....	21
4.1 Tempo do crime	22
5. A lei penal no espaço.....	22
5.1 Lugar do crime.....	23
6. Imunidade diplomática.....	23
7. Imunidade parlamentar.....	24
8. Contagem de prazos.....	24
9. Legislação especial.....	25

CAPÍTULO II – O FATO TÍPICO

A) O FATO TÍPICO

1. Conceito de crime.....	28
2. O fato típico.....	29
3. O tipo.....	29
4. Elementos do tipo.....	30
5. O dolo e a culpa como integrantes do tipo.....	31
6. Espécies de tipos.....	31

B) A CONDUTA

1. Conceito de conduta.....	34
2. Formas de conduta. Ação e omissão.....	34
3. Crimes omissivos próprios.....	35
4. Crimes comissivos por omissão.....	35
4.1 Crimes omissivos por comissão	36
5. A causalidade da omissão.....	36
6. Omissão no caso de tortura.....	37

C) O DOLO E A CULPA

1. O dolo.....	37
2. Espécies de dolo.....	38
3. A culpa	40
4. Espécies de culpa.....	41

5. O preterdolo (crime qualificado pelo resultado).....	43
D) AS TEORIAS DA AÇÃO E A COLOCAÇÃO DO DOLO E DA CULPA	
1. Teoria tradicional ou causalista da ação.....	44
2. Teoria finalista da ação.....	45
3. Teoria social da ação.....	46
4. Posição da doutrina brasileira.....	47
5. Posição do Código Penal brasileiro (Reforma de 1984).....	48
E) O RESULTADO	
1. O resultado.....	49
2. Crimes materiais ou de resultado.....	50
3. Crimes formais.....	50
4. Crimes de mera conduta.....	51
5. O resultado como lesão do objeto jurídico.....	51
F) RELAÇÃO DE CAUSALIDADE	
1. Relação de causalidade.....	52
2. Superveniência de causa relativamente independente.....	53
G) TIPICIDADE	
..... 53	
H) CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	
1. Consumação.....	54
2. Crimes instantâneos e permanentes.....	54
3. “Iter criminis” (etapas ou fases do crime).....	55
4. Tentativa.....	55
I) OUTRAS QUESTÕES REFERENTES AO FATO TÍPICO	
1. Desistência voluntária.....	56
2. Arrependimento eficaz.....	56
3. Arrependimento posterior.....	56
4. Crime impossível.....	57
5. Erro de tipo.....	57
6. Erro acidental ou secundário (erro sobre o objeto, erro sobre a pessoa).....	58
7. Erro na execução (“aberratio ictus”).....	58
8. Resultado diverso do pretendido (“aberratio delicti”).....	59
9. Erro sobre o nexa causal.....	59
10. Conflito aparente de normas.....	60
J) CLASSIFICAÇÃO DE CRIMES	
1. Crimes próprios.....	61
2. Crimes de mão própria.....	61
3. Crimes habituais.....	62
4. Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado.....	62
5. Crime falho.....	62
6. Crimes plurissubjetivos.....	62
7. Crime progressivo.....	62
8. Progressão criminosa.....	62
9. Crime exaurido.....	62
10. Crime complexo.....	63
11. Crimes vagos.....	63
12. Crimes unissubsistentes.....	63
13. Crimes plurissubsistentes.....	63

14. Crimes dolosos, culposos e preterintencionais	64
15. Crimes materiais, formais e de mera conduta	64
16. Crimes comissivos, omissivos puros e comissivos por omissão	64
17. Crimes instantâneos, permanentes e instantâneos de efeitos permanentes	64
18. Crimes de dano e crimes de perigo	64
19. Crime impossível	64
20. Crime de flagrante provocado.....	64
21. Crime de flagrante esperado.....	64
22. Crimes simples, qualificados e privilegiados.....	65
23. Crime funcional.....	65
24. Crimes de responsabilidade.....	66
25. Crimes hediondos.....	66
26. Crimes de bagatela.....	67
27. Crimes à distância.....	68
28. Crimes de empreendimento.....	69

CAPÍTULO III – A ANTIJURIDICIDADE

1. Conceito de antijuridicidade.....	69
2. A consciência da ilicitude ou da antijuridicidade.....	70
3. Justificativas ou causas de exclusão da antijuridicidade.....	70
4. Estado de necessidade.....	71
5. Legítima defesa.....	73
6. Estrito cumprimento de dever legal.....	74
7. Exercício regular de direito.....	75
8. Consentimento do ofendido.....	75
9. Excludentes de tipicidade.....	75

CAPÍTULO IV – A CULPABILIDADE

1. Conceito de culpabilidade.....	77
2. O dolo e a culpa como integrantes da culpabilidade.....	78
3. Imputabilidade.....	80
4. Consciência potencial da ilicitude.....	80
5. Onde fica a consciência da ilicitude?.....	80
6. Localização da consciência da ilicitude. Teoria extremada do dolo. Teoria limitada do dolo. Teoria extremada da culpabilidade. Teoria limitada da culpabilidade.....	81
7. Exigibilidade de conduta diversa.....	82
8. Dirimentes ou causas de exclusão da culpabilidade.....	83
9. Escusas absolutórias.....	84
10. Condições objetivas de punibilidade.....	85
11. Condições de procedibilidade.....	85
12. Menores de 18 anos.....	86
13. Doença mental.....	86
14. A emoção e a paixão.....	86
15. A embriaguez.....	87
16. “Actio libera in causa”	88
17. Erro de proibição.....	88

18. Diferença entre erro de tipo e erro de proibição.....	89
19. Erro sobre excludente putativa, ou erro de proibição indireto.....	90
20. Coação irresistível.....	91
21. Obediência hierárquica.....	91

CAPÍTULO V – CONCURSO DE PESSOAS

1. O concurso de pessoas.....	93
2. Diferença entre coautoria e participação.....	94
3. Requisitos do concurso de pessoas.....	95
4. Vínculo subjetivo entre os agentes.....	95
5. Comunicação de circunstâncias.....	96
6. Comunicação de circunstâncias e infanticídio.....	97
7. Concurso de pessoas em crime culposo.....	97
8. Culpas concorrentes.....	97
9. Concurso de pessoas e crime por omissão.....	98
10. Autoria mediata.....	98
11. Autoria colateral.....	98
12. Autoria incerta.....	99
13. Delação ou colaboração premiada.....	100

CAPÍTULO VI – DAS PENAS

1. Fins da pena.....	103
2. Espécies de penas.....	104
3. Penas privativas de liberdade.....	104
4. Estabelecimentos penais.....	104
5. Prisão domiciliar.....	104
6. Progressão e regressão.....	105
7. Conversão.....	105
8. Trabalho do preso.....	106
9. Remição.....	106
10. Detração.....	107
11. Penas restritivas de direitos.....	109
12. Pena de multa.....	110
13. Cálculo da multa.....	111
14. Fixação da pena.....	112
15. Substituição da pena.....	115
16. Regimes de cumprimento da pena.....	116
16.1 Reincidência	116
16.2 Reclusão, sem reincidência	117
16.3 Detenção por crime doloso, sem reincidência	117
16.4 Detenção por crime culposo, sem reincidência	118
16.5 Regime disciplinar diferenciado	118
Quadro Geral das Penas	119
17. Concurso de crimes.....	120
17.1 Concurso material	120
17.2 Concurso formal	121
17.3 Crime continuado	121

18. Suspensão condicional da pena (“sursis”).....	123
19. Suspensão condicional do processo.....	124
20. Livramento condicional.....	125

CAPÍTULO VII – MEDIDAS DE SEGURANÇA 127

CAPÍTULO VIII – EFEITOS DA CONDENAÇÃO. REABILITAÇÃO. AÇÃO PENAL

1. Efeitos da condenação.....	131
2. Reabilitação.....	132
3. Ação penal.....	133
4. Decadência do direito de queixa ou de representação.....	135
5. Renúncia tácita ao direito de queixa ou representação.....	135
6. Ação penal em crime complexo.....	135

CAPÍTULO IX – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Extinção da punibilidade.....	137
2. Morte do agente.....	137
3. Anistia, graça, indulto.....	137
4. “Abolitio criminis”.....	138
5. Perdão judicial.....	139
6. Decadência.....	140
7. Perempção.....	140
8. Renúncia do direito de queixa.....	141
9. Perdão do querelante.....	141
10. Retratação do agente.....	141
11. Pagamento de débito tributário.....	142

CAPÍTULO X – PRESCRIÇÃO

1. Prescrição.....	143
2. Interrupção da prescrição.....	144
3. Suspensão da prescrição.....	145
4. Espécies de prescrição penal.....	146
5. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita.....	147
6. Prescrição superveniente.....	148
7. Prescrição retroativa.....	148
7.1 Prescrição retroativa. Reconhecimento antecipado proibido	149
8. Prescrição da pretensão executória.....	150
9. Medida de segurança e prescrição.....	151
10. Prescrição da pena de multa.....	152
11. Concurso material de delitos e prescrição.....	153
12. Concurso formal de delitos e prescrição.....	153
13. Crime continuado e prescrição.....	153
14. Crime permanente e prescrição.....	154
15. Reincidência e prescrição.....	154
16. Anulação de sentença anterior e prescrição.....	154
17. Pedido do réu para o afastamento da prescrição e conseqüente julgamento pelo mérito.....	155

18. Detração e prescrição.....	155
19. Crime falimentar e prescrição	
19.1 Regime do Decreto-lei 7.661/45	155
19.2 Regime novo, da Lei 11.101/2005	159
19.3 Direito intertemporal	159

ESTUDOS ESPECIAIS

1. <i>O FUNCIONALISMO DO DIREITO PENAL</i>	161
2. <i>TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA</i>	
2.1 Considerações gerais	162
2.2 Critérios da imputação objetiva	163
2.3 Critérios de atribuição	163
2.4 Critérios de exclusão	164
2.5 Alguns casos citados pelos autores	165
3. <i>GARANTISMO PENAL</i>	167
4. <i>DIREITO PENAL DO INIMIGO</i>	169
5. <i>A TEORIA DO BEM JURÍDICO, DE CLAUS ROXIN</i>;	170
6. <i>TEORIA DA ESTABILIZAÇÃO DO SISTEMA, DE GÜNTHER JAKOBS</i>	172

BIBLIOGRAFIA	175
---------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	179
--	-----